



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

NEOENERGIA OPERAÇÃO E
MANUTENÇÃO S.A.

Sumário

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	1
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	9
BALANÇO PATRIMONIAL.....	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	12
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	17
4. CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	18
5. RESULTADO FINANCEIRO	19
6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS	19
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21
8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS.....	22
9. IMOBILIZADO	22
10. INTANGÍVEL.....	23
11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	24
12. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR.....	24
13. PROVISÕES E OUTRAS OBRIGAÇÕES	24
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25
15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	27
16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	29

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

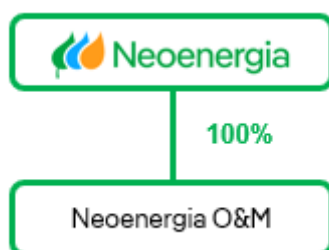
Prezados,

Ao apresentar os resultados de 2025, a Neoenergia Operação e Manutenção S.A. (“NEO O&M”) reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. NEO O&M

Neoenergia Operação e Manutenção S.A. (“NEO O&M”) é uma companhia de capital fechado, controlada 100% pela Neoenergia, conforme estrutura societária abaixo:

A Companhia tem por objeto social principal estudar, planejar, projetar, construir e operar sistemas de transmissão de energia elétrica, bem como os serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados a qualquer título, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Neoenergia O&M é responsável pelos serviços de engenharia e Operação e Manutenção das Usinas Hidrelétricas Corumbá III, Dardanelos, Itapebi e Baixo Iguaçu.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2025	2024	Varição %
Receita Operacional Bruta	30.000	31.677	(5,29)
Receita Operacional Líquida	27.731	29.387	(5,64)
Margem Operacional Líquida	18.056	18.066	(0,06)
EBITDA	13.600	10.660	27,58
Resultado Financeiro	8.613	1.028	737,84
Lucro Líquido	16.771	6.398	162,13
Margem Operacional (%)	65,11%	61,48%	5,91
Margem EBITDA (%)	49,04%	36,27%	35,20
Margem Líquida (%)	60,48%	21,77%	177,78

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽¹⁾	dez/ 25	dez/ 24	Varição %
Ativo Total	53.342	45.128	18,20
Patrimônio Líquido	43.305	35.526	21,90

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA*	2025	2024	Varição (R\$)	Varição (%)
Lucro Líquido (A)	16.771	6.398	10.373	162,13
Receitas Financeiras (b)	1.476	791	685	86,60
Despesas Financeiras (C)	(139)	(95)	(44)	46,32
Outros Resultados Financeiros Líquidos (D)	7.276	332	6.944	2.091,57
Imposto de Renda (E)	(3.741)	(3.715)	(26)	0,70
Amortização e Depreciação (F)	(1701)	(1.575)	(126)	8,00
EBITDA = A-(B+C+D+E+F)	13.600	10.660	2.940	27,58

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

A companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores independentes (DELOITTE), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 (sessenta) meses.

Em 2025, a DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 15.330 referentes à auditoria das demonstrações financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Operação e Manutenção S.A. (“NEO O&M”), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade de NEO O&M e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita de NEO O&M.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções de NEO O&M sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Neoenergia Operação e Manutenção S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Operação e Manutenção S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Operação e Manutenção S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditoria de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Gabriela Rocha Werberich
Gabriela Rocha Werberich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4

NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional, líquida	3	27.731	29.387
Custos dos serviços		(9.675)	(11.321)
Custos de operação	4	(9.675)	(11.321)
Lucro bruto		18.056	18.066
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	4	(6.157)	(8.981)
Lucro operacional		11.899	9.085
Resultado financeiro	5	8.613	1.028
Receitas financeiras		1.476	791
Despesas financeiras		(139)	(95)
Outros resultados financeiros, líquidos		7.276	332
Lucro antes dos tributos		20.512	10.113
Tributos sobre o lucro	6.1.1	(3.741)	(3.715)
Corrente		(3.741)	(3.715)
Lucro líquido do exercício		16.771	6.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	16.771	6.398
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-
Resultado abrangente do exercício	16.771	6.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	16.771	6.398
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	1.701	1.575
Baixa e/ou alienação de ativos não circulantes	33	59
Tributos sobre o lucro	3.741	3.715
Resultado financeiro, líquido	(8.613)	(1.028)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	888	(846)
Fornecedores e contas pagar	(281)	(679)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(2.860)	(830)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(8.386)	(448)
Outros ativos e passivos, líquidos	6.982	(398)
Caixa gerado nas operações	9.976	7.518
Rendimento de aplicação financeira	1.422	746
Tributos sobre o lucro pagos	(597)	(3.132)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	10.801	5.132
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(768)	(1.623)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(768)	(1.623)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Remuneração paga aos acionistas	(6.397)	(2.751)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(6.397)	(2.751)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	3.636	758
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.718	7.960
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.354	8.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	12.354	8.718
Contas a receber de clientes e outros	8	2.575	3.463
Tributos sobre o lucro a recuperar		17	33
Outros tributos a recuperar	6.2.2	1.510	899
Outros ativos circulantes		1.247	1.041
Total do circulante		17.703	14.154
Não circulante			
Outros tributos a recuperar	6.2.2	25.484	19.853
Outros ativos não circulantes		11	11
Imobilizado	9	8.254	8.573
Intangível	10	1.890	2.537
Total do não circulante		35.639	30.974
Total do ativo		53.342	45.128
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	11	1.225	1.506
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	12	1.994	3.489
Tributos sobre o lucro a recolher	6.1.2	605	754
Outros tributos a recolher e encargos setoriais a recolher	6.2.1	1.634	1.864
Dividendos e juros sobre capital próprio	14.2	4.193	1.600
Outros passivos circulantes		385	389
Total do circulante		10.036	9.602
Patrimônio líquido			
Atribuído aos acionistas da Companhia	14	43.306	35.526
Total do patrimônio líquido		43.306	35.526
Total do passivo e do patrimônio líquido		53.342	45.128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

		Reservas de Lucros					
		Capital Social	Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	Notas	7.082	1.417	22.229	4.798	-	35.526
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	16.771	16.771
Dividendos adicionais propostos	14.2	-	-	-	(4.798)	-	(4.798)
Destinação da reserva especial		-	-	12.578	-	(12.578)	-
Dividendo mínimo obrigatório	14.2	-	-	-	-	(4.193)	(4.193)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		7.082	1.417	34.807	-	-	43.306
Saldos em 31 de dezembro de 2023	Notas	7.082	1.417	23.713	-	-	32.212
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.398	6.398
Reserva especial de dividendos não distribuídos		-	-	(1.484)	-	-	(1.484)
Dividendo mínimo obrigatório	14.2	-	-	-	-	(1.600)	(1.600)
Dividendos adicionais propostos	14.2	-	-	-	4.798	(4.798)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		7.082	1.417	22.229	4.798	-	35.526

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Neoenergia Operação e Manutenção S.A. ("Companhia" ou "Neoenergia O&M") com sede e foro na cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A.. A Companhia tem por objeto social principal estudar, planejar, projetar, construir, operar e manter sistemas de transmissão e geração de energia elétrica, bem como os serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados a qualquer título, e atividades associadas ao serviço de energia.

1.1. Gestão de riscos financeiros e operacionais

As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do grupo Neoenergia.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

1.1.1. Gestão de Riscos financeiros e de mercado

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Neoenergia S.A.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ nem ‘alavancados’.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

a) Gestão de risco de mercado

(i) Risco de taxas de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida e rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco de Commodities

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

Commodities energéticas: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia como demanda e oferta e recursos, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na cobertura de posições compradas e vendidas em aberto e lastro da energia comercializada.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país.

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos principalmente, mas não se limitando, ao período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro 2025, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros.

c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais

O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

(ii) Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	-	AAA
Itaú	AAA	-	AAA

Gestão de Riscos Operacionais

e) Riscos regulatórios

Os riscos regulatórios são aqueles provenientes de criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude.

f) Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada
Veículos - Executivo	31/05/2024 a 31/05/2026	100% FIPE
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais da Empresa (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A empresa também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria, em 12 de fevereiro de 2026.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
6.1.3	Tributos sobre o lucro diferidos
8.1	Contas a receber de clientes e outros
9.1	Imobilizado
13.2	Provisões

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
Receita operacional bruta	30.000	31.677
(-) PIS/COFINS	(1.095)	(1.159)
(-) ISS	(1.174)	(1.131)
Receita operacional, líquida	27.731	29.387

3.1. Política contábil e julgamento críticos**a) Política contábil**

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

4. CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Custos/Despesas	2025		
	Custos de operação	Outras Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 4.1) ¹	(9.602)	(1.847)	(11.449)
Serviços de terceiros (nota 4.2)	-	(2.346)	(2.346)
Depreciação e amortização	-	(1.701)	(1.701)
Impostos, taxas e contribuições	-	(42)	(42)
Outras despesas	(73)	(221)	(294)
Total	(9.675)	(6.157)	(15.832)

Custos/Despesas	2024		
	Custos de operação	Outras Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(11.246)	(3.482)	(14.728)
Serviços de terceiros	(16)	(2.692)	(2.708)
Depreciação e amortização	-	(1.575)	(1.575)
Impostos, taxas e contribuições	-	(96)	(96)
Outras despesas	(59)	(1.136)	(1.195)
Total	(11.321)	(8.981)	(20.302)

4.1. Pessoal e benefícios a empregados

	2025	2024
	Remunerações	(5.398)
Encargos sociais	(2.258)	(1.863)
Auxílio alimentação	(629)	(918)
Convênio assistencial e outros benefícios	(993)	-
Rescisões	(219)	(69)
Provisão para férias e 13º salário	(779)	(1.283)
Plano de saúde	(797)	(1.104)
Participação nos resultados	(372)	(954)
Outros	(4)	(450)
Total	(11.449)	(14.728)

4.2. Serviços de terceiros

	2025	2024
	Serviços técnicos e manutenções	(180)
Tecnologia da informação	(78)	(281)
Consultoria e auditoria	(123)	(349)
Comunicação	(511)	(406)
Transporte pessoal	(923)	(923)
Outros serviços	(531)	(127)
Total	(2.346)	(2.708)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

5. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.422	746
Outras receitas financeiras	54	45
	1.476	791
Despesas Financeiras		
Tributos	(10)	(3)
Outras despesas financeiras	(129)	(92)
	(139)	(95)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Outras variações monetárias, líquidas	7.276	332
	7.276	332
Resultado financeiro, líquido	8.613	1.028

6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS**6.1. Tributos sobre o lucro**

A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido. Sendo assim, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados de acordo com o percentual de presunção sobre a receita bruta e posteriormente calculados com base nas alíquotas de 25% para o IRPJ e 9% para a CSLL. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício.

6.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	20.512	10.113
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(6.974)	(3.438)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Diferença de presunção de base do lucro presumido	3.232	(277)
Tributos sobre o lucro	(3.742)	(3.715)
Alíquota efetiva	18,24%	36,74%
Corrente	(3.742)	(3.715)

6.1.2. Tributos correntes ativos e passivos

	2025	2024
IRPJ	442	571
CSLL	163	183
Passivo	605	754
Circulante	605	754

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

6.1.3. Política contábil e julgamentos críticos**a) Política contábil**

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido, de modo geral, nesse regime não são constituídos tributos diferidos ativos por não possibilidade de compensação de eventuais diferenças temporárias ou prejuízos fiscais. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

6.2. Outros tributos**6.2.1. Outros tributos e encargos setoriais a recolher**

	2025	2024
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	2	2
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.460	1.748
Outros	172	114
Outros tributos a recolher	1.634	1.864
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	1.634	1.864
Circulante	1.634	1.864

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

6.2.2. Outros tributos a recuperar

	2025	2024
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	3	-
Programa de Integração Social - PIS	83	41
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	378	187
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS ^(a)	26.459	19.884
Outros	71	640
Outros tributos a recuperar	26.994	20.752

Circulante	1.510	899
Não Circulante	25.484	19.853

(a) O valor refere-se a saldos não utilizados de INSS retido decorrente de notas fiscais de serviços prestados, foram realizados os pedidos de restituição junto à Receita Federal do Brasil em 2017 a 2023 respectivamente, a empresa aguarda o deferimento dos pedidos, onde à RFB tem o prazo de até 5 anos para homologação.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	-	1
Fundos de Investimento	12.354	8.717
Total	12.354	8.718

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é de 99,88% (99,90% em 31 de dezembro de 2024) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	2025	2024
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	12.114	8.717
CDB	240	-
Total	12.354	8.717

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A.. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025		2024	
	Recebível	Contas a receber, líquidos	Recebível	Contas a receber, líquidos
Outros recebíveis	2.575	2.575	3.463	3.463
Terceiros	1.744	1.744	499	499
Partes relacionadas	831	831	2.964	2.964
Total	2.575	2.575	3.463	3.463

A Companhia não possui saldos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

8.1. Política contábil e julgamentos críticos**a) Política contábil**

O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 16.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras.

9. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstrados conforme a seguir:

	Materiais e equipamentos	Veículos	Outros	Ativos em construção	Total
Taxa de depreciação a.a.	3,33% - 16,70%	10,00%- 14,29%	6,25%		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.567	996	15	995	8.573
Adições	-	-	-	768	768
Baixas	-	(31)	-	(1)	(32)
Depreciação	(715)	(320)	(20)	-	(1.055)
Transferências entre classes	598	294	656	(1.548)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.450	939	651	214	8.254
Custo	9.522	2.582	686	214	13.004
Depreciação acumulada	(3.072)	(1.643)	(35)	-	(4.750)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.169	1.359	17	397	4.942
Adições	-	-	-	1.539	1.539
Baixas	-	(42)	-	(17)	(59)
Depreciação	(674)	(321)	(2)	-	(997)
Transferências entre classes	4.072	-	-	(4.072)	-
Transferências - outros ativos	-	-	-	3.148	3.148
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.567	996	15	995	8.573
Custo	8.925	2.604	30	995	12.554
Depreciação acumulada	(2.358)	(1.608)	(15)	-	(3.981)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

9.1. Política contábil e julgamentos críticos**a) Política contábil**

A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente.

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação.

Os demais ativos imobilizados da Companhia são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens.

10. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstrados como segue:

	Software	Ativos em formação	Total
Taxa de amortização a.a.	20,00%		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.814	723	2537
Amortização	(647)	-	(647)
Transferências – entre intangíveis	723	(723)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.890	-	1.890
Custo	4.713	-	4.713
Amortização acumulada	(2.823)	-	(2.823)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	510	5.669	6.179
Adições	-	84	84
Amortização	(578)	-	(578)
Transferências – intangíveis	1.882	(1.882)	-
Transferências – outros	-	(3.148)	(3.148)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.814	723	2.537
Custo	3.990	723	4.714
Amortização acumulada	(2.176)	-	(2.176)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

10.1. Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	2025	2024
Materiais e serviços	1.225	1.506
Total	1.225	1.506
Circulante	1.225	1.506

12. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

	2025	2024
Salários, férias e 13ª salário e encargos a pagar	588	1.146
Encargos sociais	146	1.242
Benefícios	1.260	1.931
Total	1.994	3.489

13. PROVISÕES E OUTRAS OBRIGAÇÕES**13.1. Passivos contingentes**

Os passivos contingentes, que correspondem a processos judiciais não provisionados, são apresentados a seguir:

	2025	2024
Processos cíveis (i)	87	76
Processos trabalhistas (ii)	3.913	51
Processos fiscais (iii)	122	-
Total	4.122	127

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

- (i) **Processos cíveis:** Referem-se a ações indenizatórias movidas por ex-empregados, que entraram com ação para reintegração do plano de saúde e indenização com um total estimado de R\$ 87 em 31 de dezembro de 2025, com expectativa de perda possível.
- (ii) **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. A Companhia possui um total estimado de R\$3.913 em 31 de dezembro de 2025 em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.
- (iii) **Processos fiscais:** Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros

13.2. Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

14. PATRIMÔNIO LIQUIDO

14.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social é de R\$ 7.082, correspondente a 7.082.498 ações ordinárias escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal.

	Acionistas		R\$
	ON	ON %	
Neoenergia S.A.	7.082	100%	7.082
Total de ações	7.082	100%	7.082

14.2. Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ('JCP'), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	16.771	6.398
Reserva especial de dividendos não distribuídos	(12.578)	-
Lucro líquido a distribuir	4.193	6.398
Remuneração		
Mínima obrigatória (25% do lucro líquido)	4.193	1.600
	4.193	6.398
Natureza da remuneração		
Dividendos	4.193	6.398
	4.193	6.398

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os valores pagos aos acionistas da Neoenergia Operação e Manutenção S.A, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2025			
AGOE de 30 de Abril de 2025	Dividendo mínimo obrigatório 2024	1.600	0,2259249
AGOE de 30 de Abril de 2025	Dividendos adicionais 2024	4.798	0,6774922
Total		6.398	
2024			
AGOE de 30 de Abril de 2024	Dividendo mínimo obrigatório 2023	1.266	0,1787631
AGOE de 30 de Abril de 2024	Dividendos adicionais propostos 2023	1.484	0,209545
Total		2.750	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2025	2024
Saldos iniciais	1.600	1.266
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos declarados	4.193	6.398
Declarados de exercícios anteriores	4.798	(3.314)
Dividendos pagos no exercício	(6.398)	(2.750)
Saldos finais	4.193	1.600

14.3. Reservas de lucros**14.4. Reserva legal**

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

14.5. Reserva especial de dividendos não distribuídos

Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976.

14.6. Política Contábil

O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com as subsidiárias da Neoenergia reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) prestação serviços de operação e manutenção; (ii) contratos de serviços administrativos; (iii) compartilhamento de mão de obra; (iv) Dividendos a pagar.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

15.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

	2025			2024		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a)	831	-	831	2.964	-	2.964
	831	-	831	2.964	-	2.964
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar	-	249	249	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar (b)	-	-	-	-	260	260
Dividendos a pagar (c)	-	4.193	4.193	-	1.600	1.600
	-	4.442	4.442	-	1.860	1.860

15.2. Transações com partes relacionadas

	2025			2024		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Resultado do exercício						
Receita operacional	14.607	-	14.607	21.639	-	21.639
Despesas gerais e administrativas	-	(249)	(249)	-	(260)	(260)
	14.607	(249)	14.358	21.639	(260)	21.379

NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.3. Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 13.1 e 13.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	Itapebi Geração de Energia, Energética Águas da Pedra, Geração Céu Azul S.A., Geração CIII	Prestação de serviço de O&M	IPCA	60 meses	2025	831	(14.607)
b)	Iberdrola	Contrato de royalties da marca	0,9% da ROL ajustada	2031	2025	249	(249)
c)	Neoenergia	Dividendos a pagar	N/A	Indeterminado	Indeterminado	4.193	-

15.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2025		2024	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	12.354	1	8.717
Contas a receber de clientes e outros	2.575	-	3.463	-
Outros ativos financeiros	419	-	402	-
	2.994	12.354	3.866	8.717
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	1.225	-	1.506	-
Outros passivos financeiros	86	-	79	-
	1.311	-	1.585	-

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

16.2. Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 16.5 (análise de sensibilidade).

16.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo, está demonstrado como segue:

	2025		2024	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	12.354	12.354	8.717	8.717
	12.354	12.354	8.717	8.717

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

16.4. Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo amortizado (CA):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

16.5. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
		Queda do					
Aplicações financeiras em CDI	CDI	CDI	14,90%	12.354	437	(63)	(126)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo José Cavalcanti Lopes
Diretor Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor

Rodolfo Fernandes da Rocha
Diretor

CONTADORA

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº 115915/O-3

Luciana Maximino Maia
Diretora de Contabilidade

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **Neoenergia Operação e Manutenção S.A**, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Edgard Santos, 300 – Cabula VI – Salvador/BA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.194.134/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras da Noem, alusivas ao período findo em 31.12.2025; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Noem, relativas ao exercício findo em 31.12.2025.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2026

Marcelo José Cavalcanti Lopes
Diretor Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor

Rodolfo Fernandes da Rocha
Diretor